

PROCESSO DE BOLONHA

O Processo de Bolonha, denominação em homenagem à primeira universidade criada na Europa (1088), é o conjunto dos eventos relativos ao projeto de integração da educação superior a partir de princípios aprovados por ministros de educação de 29 países europeus em reunião, na cidade de Bolonha, em 1999.

Trata-se de um movimento de reforma dos sistemas de educação superior na Europa, cujos objetivos fundamentais encetam a atratividade, o incremento da mobilidade acadêmica, a competitividade, a europeização da educação superior. Para isso, busca-se a harmonização dos sistemas, de modo a equiparar os graus, diplomas, títulos universitários e currículos acadêmicos, e adoção de programas de formação que possam ser reconhecidos e aceitos pelas autoridades nacionais comprometidas na Formação do Espaço Europeu de Educação Superior.

A reunião catalisadora do Processo de Bolonha ocorreu em Paris, em 1998, entre os Ministros da Educação da França, Alemanha, Itália e Reino Unido, originando a “Declaração de Sorbonne”, o primeiro documento do que será chamado posteriormente “Processo de Bolonha”.

Sob os auspícios da Universidade de Sorbonne, os ministros se comprometeram a harmonizar a estrutura dos graus acadêmicos. Esse propósito inspirou-se no Relatório da Comissão *Pour un modèle européen d’enseignement supérieur*, presidida por Jacques Attali, que sugeriu a fórmula 3/5/8, ou seja, a formação em nível superior com duração de três anos para a graduação (licenciatura), dois anos para o mestrado e três anos para o doutorado (3+2+3). Segundo esse relatório, “(...) não se pode ter a Europa do emprego sem a Europa da Educação. Sem uniformizar seus sistemas, os países da Europa deverão decidir a respeito de uma certa harmonização dos cursos e dos diplomas e definir um modelo europeu específico, nem burocrático nem submetido ao mercado” (ATTALI, 1998, p. 18-19).

Apesar de ser uma iniciativa dos ministérios da educação de quatro países e não propriamente da União Europeia (EU), não se pode desconsiderar que o movimento de integração da educação superior é uma iniciativa dos países que têm conduzido à

regulação da UE, procurando, conforme a Convenção de Lisboa de 1997, criar um consenso em torno do propósito de reconhecimento de diplomas, integração dos campos científicos e de educação superior europeus.

Vale notar que a atual União Europeia foi inaugurada por um tratado econômico, a “Comunidade Europeia do Carvão e do Aço” (CECA), assinado em Paris, em 1951, por seis países (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Holanda). Os mesmos seis países pactuaram o Tratado de Roma, em 1957, criando a “Comunidade Europeia de Energia Atômica” (CEE) e a “Comunidade Econômica Europeia” (CEE). A longa experiência de integração com base nesses tratados, alcançando inclusive a livre mobilidade de trabalhadores (espaço Schengen), culminou no Tratado de Maastricht, de 1992, quando governantes de doze países acordam uma nova etapa para a integração da Europa, que passou a se chamar de “União Europeia”.

Dessa forma, para atingir a meta da integração dos sistemas de educação superior, 29 Ministros da Educação comprometeram-se, em Bolonha (1999), a seguir uma agenda de integração da Educação Superior:

1. Adoção de um sistema de graus que fosse comparável e de fácil compreensão;
2. Adoção de um sistema baseado em dois ciclos (graduação e pós-graduação);
3. Estabelecimento de um sistema de créditos;
4. Promoção da mobilidade de estudantes, docentes, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo;
5. Cooperação na avaliação para a garantia da qualidade;
6. Promoção da dimensão europeia do ensino superior.

A reunião em Praga, em maio de 2001, agora com 33 países, teve como resultado o acréscimo de mais três objetivos:

1. Aprendizagem permanente (educação ao longo da vida);
2. Esforço para que haja maior envolvimento dos estudantes;

3. Promoção do Espaço Europeu de Educação Superior.

Ratificou-se, também, nessa reunião, o conceito de créditos ECTS (*European Credits Transfer System*), que já era uma realidade no programa europeu de intercâmbio de estudantes universitários *Erasmus*, experimentado por mais de dois milhões de alunos na Europa. O ECTS pode ser considerado um sistema de equivalência e de reconhecimento dos estudos realizados pelos alunos dos países europeus, de acordo com a seguinte metodologia:

- A comparação do progresso do estudante;
- Os cursos têm a correspondência “crédito x tempo”: 1 ano=60 unidades, 1 semestre=30 unidades e 1 trimestre=20 unidades;
- A quantificação de crédito por disciplina condiciona-se à quantidade de horas letivas em classe e de trabalho extraclasse. Por exemplo, o ano acadêmico tem próximo de 40 semanas, cada aluno frequenta entre 40 e 45 horas de disciplinas por semana, significando um total de 1600 a 1800 horas por ano. Considerando que um ano acadêmico tem 60 unidades de créditos, um crédito corresponde entre 26 a 30 horas de esforço do estudante.

No encontro de Berlim, em 2003, reafirmando os compromissos anteriores (Bolonha e Praga), os mesmos 33 Estados europeus salientaram a necessidade de maior envolvimento dos estudantes com as iniciativas governamentais, a promoção da educação superior europeia para os estudantes não-europeus e a criação da Área de Pesquisa Europeia, vinculando-a com os estudos em nível de doutorado.

Esses objetivos também foram ratificados na reunião de Bergen (Noruega), em 2005, quando foi gerada outra declaração, assinada por 45 países, com ênfase na avaliação de três prioridades – sistema de graus comparáveis, garantia da qualidade e reconhecimento de títulos e períodos (créditos) cursados.

Em 2007, 46 ministros da educação assinaram a declaração de Londres, em que anotam a preocupação em responder aos desafios do Mundo globalizado e buscam a competitividade e a capacidade de atração de estudantes. Reafirmaram também o compromisso de construir o Espaço europeu de Educação Superior até o ano de 2010.

Na conferência de Louvain, na Bélgica, representantes dos mesmos 46 países comprometeram-se com a construção da Europa do Conhecimento até 2020. Por fim, em Budapeste e Viena, 47 países participantes do Processo de Bolonha, asseverando que a educação superior é uma responsabilidade pública, fazem um balanço a respeito das metas propostas em 1999 e confirmam o compromisso de consolidação da Europa do conhecimento e de formação do Espaço Europeu de Educação Superior, fixando a reunião seguinte para Bucareste, em 2012.

MÁRIO LUIZ NEVES DE AZEVEDO

ATTALI, J. **Pour un modèle européen d'enseignement supérieur**. Paris: Stock, 1998.

THE BOLOGNA PROCESS 2020. The European Higher Education Area in the new decade. Leuven and Louvain-la-Neuve, 28-29 April 2009. Disponível em: <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/conference/documents/leuven_louvain-la-neuve_communicu%C3%A9_april_2009.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2010

BUDAPEST-VIENNA Declaration on the European Higher Education Area. March 12, 2010. Disponível em: <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/2010_conference/documents/Budapest-Vienna_Declaration.pdf>. Acesso em: 10 ago 2010

DECLARAÇÃO de Bolonha. Declaração conjunta dos ministros da educação europeus, assinada em Bolonha. Bolonha, 19 Junho 1999. Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/03F66B88-FB08-41E2-8532-982517E8538B/380/Declaracao_Bolonha_portugues1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2010.

DECLARAÇÃO de Sorbonne. Por ocasião do 800º aniversário da Universidade de Paris, declaração conjunta dos quatro ministros responsáveis pelo Ensino Superior na Alemanha, França, Itália e Reino Unido. Paris, 25 de maio de 1998. Disponível em: <http://www.fam.ulusiada.pt/downloads/bolonha/Docs01_DeclaracaoSorbonne.pdf> Acesso em: 15 jul. 2010.

THE EUROPEAN Higher Education Area: Achieving the Goals. Bergen, 19-20 May 2005. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/education/policies/educ/bologna/bergen.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

REALISING the European Higher Education Area. Berlin, 19 September. 2003. Disponível em: <<http://www.bologna-berlin2003.de/pdf/Communique1.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

TOWARDS the European Higher Education Area. London: 18 may 2007. Disponível em: <http://www.bmwf.gv.at/fileadmin/user_upload/europa/bologna/eu_comm_minconf.pdf>. Acesso: 1 ago. 2010.